



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBIES  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA KAROLINA DA ROCHA DUARTE**

**GERENCIAMENTO DE RISCO: UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO DOS  
RISCOS FINANCEIROS EM COMPANHIAS BANCÁRIAS LISTADAS NA B3**

**CAMPINA GRANDE  
2021**

ANA KAROLINA DA ROCHA DUARTE

**GERENCIAMENTO DE RISCO: UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO DOS  
RISCOS FINANCEIROS EM COMPANHIAS BANCÁRIAS LISTADAS NA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade Societária.

**Orientador:** Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira

**CAMPINA GRANDE  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D812g Duarte, Ana Karolina da Rocha.  
Gerenciamento de risco: [manuscrito] : um estudo sobre a evidenciação dos riscos financeiros em companhias bancárias listadas na B3 / Ana Karolina da Rocha Duarte. - 2021.  
44 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Ádria Tayllo Alves Oliveira ,  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Gerenciamento de Risco. 2. Evidenciação dos Riscos.  
3. Companhias Bancárias. I. Título

21. ed. CDD 657

ANA KAROLINA DA ROCHA DUARTE

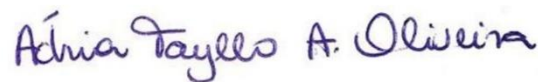
**GERENCIAMENTO DE RISCO: Um estudo sobre a evidência dos riscos financeiros em Companhias Bancárias listadas na B3**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

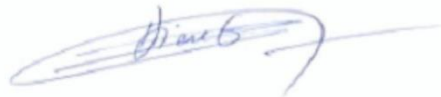
Área de concentração: Contabilidade Societária.

Aprovada em: 19 /05 / 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



\_\_\_\_\_  
Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Mamadou Dieng  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Presentemente, gostaria de agradecer a todos e a todas que me ajudaram nessa minha longa caminhada acadêmica, de forma direta e indireta.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado o dom da vida, por não me deixar desistir nos desafios da minha árdua caminhada, por sempre ter me dado forças e coragem para seguir nos dias difíceis e por me fazer persistir a cada novo dia. Obrigada por sempre me guiar, me acolher, me proteger em qualquer situação sempre me abençoando.

Agradeço imensamente a minha mãe, Maria Dolores da Rocha Duarte, que é minha fonte de inspiração, determinação e força, por ela nunca medir esforços para me ver feliz, por sempre acreditar no meu melhor, por todos os dias auxiliar em minha caminhada, sempre prezando pela minha educação, desde o início do meu ensino básico até esse momento de conclusão de curso. Meus agradecimentos a senhora jamais irão ser suficientes, mesmo assim, muito obrigada.

Agradeço ao meu pai, João Carlos Duarte, que é meu exemplo diário de paciência, simplicidade e doação, você me ajudou muito na definição do meu caráter hoje. Obrigada por sempre me oferecer o conforto, por sempre estender a mão nos dias difíceis. Sem você a realização desse sonho seria impossível.

Agradeço também ao meu irmão Alan Carlos Duarte, por ser meu parceiro de vida, pela sua companhia, pela sua perseverança, pelo seu apoio, por sempre me fazer entender que o futuro é feito a partir de escolhas, enfim, obrigada por estar ao meu lado durante todo esse tempo de graduação.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, por toda amizade e cumplicidade construída no decorrer de toda minha vida, obrigada por entenderem a minha falta nos momentos de estudos. Agradeço a todos os meus colegas de classe pelo convívio, respeito e ajuda durante todo esse tempo de graduação, sem vocês, a minha chegada seria um pouco mais difícil.

Agradeço aos meus professores por me proporcionar o conhecimento, não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação desde o maternal até agora. Meu muito obrigada aos meus professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba pela excelência qualidade técnica de cada um, sem vocês eu não teria chegado até aqui. E por fim, deixo meu agradecimento em especial a minha orientadora Ádria Tayllo Alves de Oliveira que apesar da intensa rotina de sua vida aceitou me orientar neste trabalho, obrigada pelo incentivo, pelo seu apoio e por sua total dedicação para comigo.

*“O maior risco é não correr nenhum risco... Em um mundo que está mudando rapidamente, a única estratégia que certamente não vai falhar é não correr riscos.” (Mark Zuckerberg)*

## RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar como os riscos financeiros são evidenciados em companhias bancárias listadas na B3. Os procedimentos metodológicos, utilizados no estudo tem característica descritiva, de natureza qualitativa, por meio de análise documental. Utilizou-se um check list sobre os índices de divulgação dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, esses, baseado nos estudos de Amaral (2015), no qual foram verificados os elementos dos cinco (5) maiores bancos de acordo com GARA (2020), esses, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Inter e Banco Santander no período de 2015 a 2019, totalizando um período temporal de 5 anos de análise. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, através da recolha de dados de informações financeira dos Relatórios de Gerenciamento de Risco e dos Relatórios Financeiros das companhias bancárias da amostra. Diante disso, Risco de Crédito foi mais divulgado nos anos de 2016 e 2017 e foi mais evidenciado no Relatório de Gestão de Riscos. O risco de Mercado também foi mais exposto no ano de 2016 e 2017, sendo mais evidenciado nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras das Companhias Bancárias estudadas. E o Risco de Liquidez foi mais disseminado no ano de 2019, sendo mais evidenciado novamente no Relatório de Gestão de Risco das Instituições financeiras trabalhadas. Conclui-se também, que o nível de divulgação de informações praticados sobre os riscos financeiros são elevados, além disso, o índice de risco de Mercado é o mais divulgado, seguindo pelo Risco de Crédito e com menos divulgação encontramos o Risco de Liquidez.

**Palavras Chave:** Gerenciamento de Risco, Evidenciação dos Riscos, Companhias Bancárias

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to analyze the financial risks and evidence in banking companies listed on B3. Methodological procedures used in the study have a descriptive characteristic, of a qualitative nature, through documentary analysis. A check list was used on the credit, market and liquidity risk disclosure indexes, these, based on the studies by Amaral (2015), in which the elements of the five (5) largest banks were verified according to GARA (2020), these, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Inter and Banco Santander in the period from 2015 to 2019, totaling a period of 5 years of analysis. The data were diverted through content analysis, by requesting financial information data from the Risk Management Reports and the Financial Reports of the banking companies in the sample. Therefore, Credit Risk was more publicized in the years 2016 and 2017 and was more evident in the Risk Management Report. Market risk was also more exposed in 2016 and 2017, being more evident in the Explanatory Notes to the Financial Statements of the studied Banking Companies. And the Liquidity Risk was more publicized in 2019, being more evident again in the Risk Management Report of the financial institutions worked on. It is also concluded that the level of disclosure of information on financial risks is high, and in addition, the Market risk index is the most disclosed, followed by Credit Risk and with less disclosure, find Liquidity Risk.

**Keywords:** Risk Management, Risk Disclosure, Banking Companies



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições financeiras (Bancos) listados na B3 em 2020.....	23
Quadro 2 – Check list de divulgações exigidas pela IFRS 7.....	24

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Categorias de Risco de Crédito durante o período de 2015 a 2019.....	27
Tabela 2 –	Categorias de Risco de Mercado durante o período de 2015 a 2019.....	30
Tabela 3 –	Categorias de Risco de Liquidez durante o período de 2015 a 2019.....	33
Tabela 4 –	Estatística descritiva dos elementos dos riscos de créditos, mercado e liquidez.....	35

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Elemento do Risco de Crédito no período de 2015 a 2019.....	29
Gráfico 2 – Instrumentos de divulgação do Risco de Crédito.....	29
Gráfico 3 – Elementos dos riscos de Mercado no período de 2015 a 2019.....	31
Gráfico 4 – Instrumento de divulgação do Risco de Mercado.....	32
Gráfico 5 – Elementos de Risco de Liquidez no período de 2015 a 2019.....	34
Gráfico 6 – Instrumento de divulgação do Risco de Liquidez.....	35
Gráfico 7 – Instrumento de divulgação dos Riscos Financeiros nas companhias bancárias.....	37

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>RERERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Riscos Financeiros</b> .....	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Gerenciamento de Riscos</b> .....	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>Instrumentos Financeiros – Estudos relacionados</b> .....	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização da pesquisa</b> .....	<b>22</b>
<b>3.2</b>	<b>Universo e amostra da pesquisa</b> .....	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>Categorias / coleta de dados</b> .....	<b>24</b>
<b>3.4</b>	<b>Análise de dados</b> .....	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
<b>4.1</b>	<b>Análise de Risco de Crédito</b> .....	<b>27</b>
<b>4.2</b>	<b>Análise de Risco de Mercado</b> .....	<b>30</b>
<b>4.3</b>	<b>Análise de Risco de Liquidez</b> .....	<b>32</b>
<b>4.4</b>	<b>Estatística descritiva / percentuais de divulgação de riscos financeiros</b> .....	<b>35</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com a proliferação e o crescimento das instituições, é possível perceber os efeitos da globalização, dos avanços das tecnologias e das mudanças sociopolíticas no meio-ambiente corporativo. Segundo Peleias (2007), o risco se torna um fator relevante e inevitável para ser discutido hoje em dia, pois, devido a isso, o ambiente das organizações se apresenta mais hostilizado e incerto, assim, ocorrendo as disputas pelos mercados acirrando a concorrência.

Sendo assim, com a globalização dos mercados e a intensificação das negociações as companhias envolvem riscos e incertezas e podem influenciar no ambiente interno da entidade, em virtude das mudanças que podem ocorrer. De acordo com Amaral (2003), com isso, as empresas vêm utilizando instrumentos financeiros em sua gestão de riscos financeiros para a mitigação dos riscos a que estão expostos, de acordo com Amaral (MALAQUIAS; LEMES, 2013). Para uma Instituição Bancária, o risco é conceituado com um sentido mais amplo, pois quando se trata de uma intermediação financeira entre duas ou mais partes, há sempre de se dispor de instrumentos de gestão que certifica, ou pelos menos diminuem os riscos da negociação. Porém, o risco pode ser entendido de uma forma mais abstrata, pois considera-se que o entendimento do risco acontece de forma divergente de pessoa para pessoa (CAMARGO, 2010).

Assim, o processo de administração de risco transformou-se em uma preocupação das companhias, principalmente das instituições financeiras. Jorion (1998) acrescenta a necessidade de adotarem uma cultura de risco, ou seja, é preciso que haja a preocupação permanente, por parte dos gestores, com a percepção e gerenciamento dos riscos, através da sistematização, mapeamento, qualificação e quantificação, então a decisão sobre assumir ou não determinado risco será determinada pelo gestor de forma eficiente.

De acordo com Tavares (2014), as instituições financeiras são as companhias mais expostas aos riscos, pois, há uma grande possibilidade de eventualidades tanto externos quanto internos que tenham um impacto bastante significativo na gestão financeira, prejudicando a empresa. Arai (2015) parte do pressuposto que, as instituições financeiras são as que mais tendem a conviver com os riscos sejam eles de crédito, mercado ou de liquidez.

Desta maneira, atividades empresariais com a intermediação financeira, própria das operações bancárias, possui uma lista de riscos associados e sendo assim, a gestão dos riscos, uma necessidade, tanto para a sobrevivência da empresa, uma vez que uma única operação pode transformar um banco rentável em insolvente, como para atender órgãos supervisores nacionais e internacionais. Segundo Siqueira (2003) a gestão de risco resume-se na obtenção de

informações adequadas para melhor conhecimento da situação do risco ou até mesmo interferir nela, tendo como consequência decisões assertivas.

Entende-se que o não acesso a informações sobre riscos pode prejudicar a gestão no processo de avaliação da situação atual e perspectivas do banco, sendo assim, se os riscos operacionais forem quantificados e controlados, melhores serão os resultados futuros a serem alcançados pelos seus respectivos gestores (BRITO, 2003). Diante disso as instituições financeiras desenvolveram nos últimos anos sofisticados modelos matemáticos para o gerenciamento de riscos em operações no mercado financeiro.

Neste sentido, o presente estudo tem como problemática: **Como os riscos financeiros são evidenciados em companhias bancárias listadas na B3?** Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar como os riscos financeiros são evidenciados em companhias bancárias listadas na B3. Ademais, esse estudo tem como objetivos específicos:

- a) Identificar na literatura os tipos de riscos financeiros relacionados as instituições financeiras;
- b) verificar o comportamento dos riscos de mercado, crédito e Liquidez no período de 2015 a 2019;
- c) observar os instrumentos utilizados para divulgação dos riscos pelas companhias bancárias.

O estímulo do desenvolvimento desta pesquisa se justifica na percepção e necessidade de se verificar a prática da gestão de riscos financeiros através das evidenciações dos riscos financeiros, pois, agrega valor aos *stakeholders* acerca do ambiente de negócios das companhias bancárias. Além disso, visa evidenciar informações pertinentes sobre riscos financeiros dada a importância para as empresas em assegurar o patrimônio e seus recursos de uma forma mais eficiente e eficaz.

O presente trabalho é composto por cinco partes, sendo a primeira que são explicitados os objetivos da pesquisa, sua problematização e justificativa. Na revisão da literatura são discutidos trabalhos relacionados a temática do estudo. A terceira apresenta os procedimentos metodológicos relativos à amostragem utilizada e o tratamento dos dados da pesquisa. Os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos na quarta parte e na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais, relatados os principais achados desta pesquisa, assim como apresentadas sugestões de trabalhos futuros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Riscos Financeiros

O risco é a possibilidade de perda decorrente de um determinado evento, assim estudos como Santos (2002) e Cocurullo (2003) discorrem sobre a definição de risco, com grau de incerteza em relação à possibilidade de ocorrência de um determinado evento, o que, em caso afirmativo, redundará em prejuízos, além disso, o risco encontra-se em função dos acontecimentos no universo empresarial com consequências negativas através do resultado financeiro da empresa.

Neste sentido, compreende-se o risco como uma parte negativa, porém, há medidas que envolvem altos riscos podendo assim gerar impactos altamente positivos (COCURULLO, 2003). Segundo Alcarva (2011), o risco é aquilo que impacta no valor do capital da instituição, podendo ser oriundo de um evento esperado ou não. Assim, é possível afirmar que o risco pode possuir duas concepções, a primeira fundamentada na incerteza e outra fundamentada em um objetivo da empresa. Nesta perspectiva a primeira está associada à distribuição de resultados futuros e a segunda baseia-se em um potencial desvio relativamente a um alvo certo.

O risco é associado às situações que abrangem uma tomada de decisão das quais têm como consequência um resultado diferente do esperado, ou seja, inclui uma combinação entre uma situação conhecida e outra desconhecida Cocurullo (2003), acrescenta que os riscos são subdivididos em: estratégicos; operacionais; de conformidade; e financeiros, os quais, segundo o referido autor, compreende a seguinte tipificação proposta:

**Riscos Estratégicos** – riscos associados ao modo que uma organização é gerenciada.

**Riscos Operacionais** – riscos associados às condições operacionais dos processos, controles, sistemas e informações.

**Riscos de Conformidade** – riscos associados à habilidade da organização de cumprir normas reguladoras, legais e exigências fiduciárias.

**Riscos Financeiros** – riscos associados à exposição financeira de uma organização. (COCURULLO, 2003, p. 68, grifo nosso).

O risco financeiro, objetivo desta pesquisa está diretamente ligado com os ativos e os passivos monetários da empresa. Isto é, o risco financeiro está correlacionado as desvantagens de mudanças nos mercados financeiros, tendo em vista isso, a exibição ao risco financeiro aflixe diretamente o valor de ativos e passivos de uma instituição (AMARAL, 2015).

Pela sua natureza específica a atividade bancária, resulta na exposição dos diversos tipos de riscos, neste sentido, Peleias (2007) reforça que assumir os riscos está no centro das práticas de uma instituição financeira, logo, enxerga-se o risco como uma probabilidade de perda

(ALCARVA, 2011). Sendo assim, os riscos das atividades bancárias, podem ser distinguidos de acordo com a sua natureza do seguinte modo segundo Amaral (2015):

**Risco financeiro:** quando o risco está diretamente relacionado aos ativos e passivos monetários da instituição;

**Risco não financeiro:** quando o risco resulta de circunstâncias externas (fenômenos sociais, políticos ou econômicos) ou internas (recursos humanos, tecnologias, procedimentos e outros) à instituição;

**Outros riscos:** risco específico cujo impacto negativo resulta num forte desequilíbrio para todo o sistema financeiro, quer a nível do país ou do mundo (AMARAL, 2015, p. 9, grifo nosso).

Neste sentido, de acordo com Amaral, (2015) diversas são as naturezas dos riscos bancários nas instituições financeiras, todavia, para fins de estudo desta pesquisa foi enfatizado apenas os riscos financeiros, visto que, esse subdivide em três principais categorias, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco de Mercado (AMARAL, 2015).

Segundo Pinho (2011, p. 249) “o risco de crédito está associado à perda por ausência de pagamento (ou incumprimento do contrato) pela contraparte”. Assim Amaral (2015) acrescenta que o risco de crédito seria a contraparte do desempenho do financiamento com a sua obrigação numa data específica, ou seja, no risco de crédito são classificados como o risco fundamental no setor de instituições financeiras, pois é definindo como o risco da contraparte em efetuar o pagamento da sua obrigação (BESSIS, 2010). Desta maneira, o risco de crédito é considerado como o principal risco implícito aos bancos em questão de gravidade de possíveis perdas que as instituições bancárias possam sofrer, porém a sua gestão consiste na realização de estratégias de maximização de resultados face a exibição dos riscos que as operações de créditos concedidas assumem.

Em contrapartida o risco de liquidez segundo *International Financial Reporting Standards - IFRS 7* (SPOONER, 2017) decorre das dificuldades de pagamento, definindo como “o risco de que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associadas aos instrumentos financeiros” (AMARAL, 2015, p. 40). Isto posto, Amaral (2015) acrescenta que o um risco de liquidez como resultado do desajustamento entre os padrões de maturidade dos ativos e dos passivos dos bancos, ou seja, uma adequada gestão de liquidez representa a competência de as empresas continuarem a financiar a sua atividade e fazer frente ao vencimento de suas responsabilidades. Assim, o risco de liquidez é considerado como um dos riscos mais importantes, no que se refere à exposição das instituições bancárias.

O risco de mercado, segundo IFRS 7 (SPOONER, 2017), concerne que está ligado ao risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a oscilação, devido as mudanças nos preços de mercado, nas taxas de câmbio e taxas de juros. Corroborando com essa afirmação, Caiado (2008), afirma que o risco de mercado se baseia na



probabilidade de acontecer perdas decorrentes de situações adversas aos preços de mercado, bem como, alterações de taxas de juros, PIB, inflação, risco imobiliário e taxas de câmbio.

De forma compatível, Alves (2013), classifica o risco de mercado como o risco de perda resultante das mudanças adversas nas taxas de mercado e preços, como as taxas de câmbio, de juros, cotações de ações ou preços de mercadorias. Consequentemente, é possível afirmar que o risco de mercado é derivado de perdas nas carteiras de negócios ou investimentos, resultantes das modificações às condições econômicas e financeiras do mercado.

Assim, o processo de análise de gestão dos riscos depende teoricamente das conceituações e classificações dos riscos que a instituição irá controlar e gerir, esta fase do processo pode ser vista como decisiva para o plano de gerenciamento de risco. Diante disto, é necessário destacar que o gerenciamento de risco procura diminuir os impactos nos valores e processos das instituições.

## **2.2 Gerenciamento de Riscos**

O gerenciamento é considerado um conjunto de atividades administrativas que envolvem as funções de administrar, planejar, analisar e controlar, com o objetivo de maximizar os resultados econômicos e/ou financeiros gerados pelas operações empresariais e aumentar o valor do patrimônio. Uma gestão correta, faz que com que visualize a atual situação da empresa. Dessa forma permitem análises e planejamento para otimizar os resultados da mesma (BITTENCOURT; PALMEIRA, 2012).

De acordo com *Standards* Austrália (RUPPENTHAL, 2013), a aplicação do gerenciamento de riscos viabiliza o que as prioridades sejam estabelecidas e as tomadas de decisões instruídas através de estimativas científicas e metodicamente fundamentadas da probabilidade de ocorrência, da natureza e da magnitude de impactos futuros sobre os objetivos da empresa.

Assim, o gerenciamento de riscos empresariais é um procedimento dirigido pelo conselho de administração, diretoria e empregados, sendo executado no estabelecimento de estratégias, as quais são formuladas para reconhecer eventos com potencial de prejudicar a organização, e controlar os riscos, de modo a mantê-los compatíveis com o apetite a risco da empresa e possibilitar uma garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos (STEINBERG; MARTENS; EVERSON; NOTTINGHAM, 2007).

Neste sentido, o gerenciamento de riscos segundo Fortes (2011) é um processo que identifica, avalia, trata e monitora os riscos que existem em uma companhia, seção,

procedimento, acontecimento social ou atividade específica. Além disso, seu objetivo é diminuir ou até mesmo excluir a possibilidade de resultados negativos sobre os objetivos pretendidos. O gerenciamento de risco visa reduzir ao mínimo possível os impactos dos riscos na empresa, contando com um conjunto de técnicas que visa minorar os efeitos dos prejuízos direcionando tratamento aos riscos que possam vir a causar prejuízos. A gestão dos riscos abrange a manutenção de estabilidade dos rendimentos das empresas, que de acordo com Baraldi (2005, p. 15) “o gerenciamento de riscos empresariais são os conhecimentos, os métodos e os processos organizados para reduzir os prejuízos e aumentar os benefícios na concretização dos objetivos estratégicos”.

Para Salles Júnior (2010, p. 28), o gerenciamento do risco compreende “o processo de identificação, análise, desenvolvimento de respostas e monitoramento dos riscos em projetos, com o objetivo de diminuir a probabilidade e o impacto de eventos negativos e de aumentar a probabilidade de eventos positivos”. Assim, o gerenciamento de risco segundo BM&FBovespa (POLÍTICA, 2016), deve garantir que os métodos definidos pelo conselho de administração da empresa para os diversos níveis de riscos da organização estejam em conforme com os objetivos estratégicos da mesma e que sejam elaborados através de processos estruturados.

Dessa forma, a implantação de um programa de gerenciamento de riscos presume a aplicação de um processo lógico e sistemático de identificação, quantificação, análise do impacto do evento na assistência, tratamento com implementação de medidas seguras e a comunicação dos riscos de maneira a possibilitar que a organização diminua a ocorrência de efeitos indesejáveis (BARALDI, 2005). Isto posto, o gerenciamento de risco tem como finalidade gerenciar os riscos que uma instituição pode correr com seus instrumentos financeiros, sendo uma ferramenta que lhe proporciona limitar os riscos que podem ser ocorridos, margeando em percentual de ganho e de risco (REILLY; NORTON, 2008).

No Trabalho de Hollós, e Perderson Júnior (2009) é apresentado as normas técnicas australianas e *neo-zelandesa*, onde, o gerenciamento dos riscos é um processo constituído por cinco etapas sequenciais, as quais são:

- 1) **estabelecer o contexto** em que os riscos serão gerenciados (explicitar os objetivos da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá, os critérios para avaliação de riscos);
- 2) **identificar os riscos** de forma sistemática e abrangente;
- 3) **analisar os riscos** para quantificar sua magnitude (ou seja, sua probabilidade de ocorrência e o impacto esperado);
- 4) **avaliar os riscos** para decidir quais deles serão tratados e com que prioridade (comparando suas magnitudes e incertezas entre si e com critérios previamente estabelecidos, identificando causas e aspectos em comum e considerando-os detalhadamente dentro de seu contexto);

5) **tratar os riscos** identificados como prioridade para reduzi-los a níveis aceitáveis, segundo planejamento desenvolvido para tal e baseado no estudo sistemático e seleção de opções de tratamento (em termos de benefício-custo, redução simultânea de riscos múltiplos etc.) (HOLLÓS; PERDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 77, grifo nosso).

Assim, gerenciar os riscos possuem etapas que vão desde o contexto empresarial, passando pelo reconhecimento dos riscos e sua probabilidade de ocorrência até o tratamento que permita reduzir tais riscos. Neste sentido, Brokerhof et al., (2007) afirmam, que o gerenciamento de riscos vem despertando o interesse e a aplicação por parte das Instituições Financeiras, pois, esta metodologia de gestão representa um avanço na conservação do patrimônio e visa a diminuição de possíveis danos e perdas de valor para o patrimônio.

O risco para uma Instituição Financeira tem como função proteger os clientes das instituições bancárias, o sistema financeiro, e a economia do país, pois, existem órgãos que coordenam as atividades das mesmas, que tem como intuito conservar em níveis razoáveis os diferentes tipos de risco e poupar, portanto, a possibilidade de grandes perdas (CAMARGO, 2010). No ambiente empresarial, as entidades estão sujeitadas ao risco, esses, que podem ser gerenciados com a utilização de instrumentos financeiros (MALAQUIAS; LEMES, 2013).

Dessa forma, a gestão dos riscos financeiros foca nos ativos e nos passivos que compõem o balanço patrimonial de uma instituição, com isso, a instituição deve explicar as práticas de gerenciamento de risco e como elas se relacionam com o reconhecimento e a mensuração dos instrumentos financeiros das instituições financeiras.

### **2.3 Instrumentos Financeiros – Estudos Relacionados**

De acordo com as Normas Brasileiras Contábeis TG 39 (R4), Instrumentos Financeiros são qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade (CFC, 2016). Assim, um contrato entre duas ou mais partes que estão dispostas a realizar determinadas transações de transferências de recursos é proveniente de um instrumento financeiro (CARVALHO, 1996).

O Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio para outra, conforme art. 2º da Resolução 3.534/2008 do Banco Central do Brasil (BACEN). O mercado de Instrumentos Financeiros é estabelecido como um recurso que reúne os instrumentos designados a oferecer possibilidades de captação e de aplicação de recursos aos agentes. As operações com os Instrumentos Financeiros são executadas no mercado financeiro e funcionam como papel fundamental na economia moderna, transferindo recursos entre os tomadores e os

poupadores. Neste sentido, os Instrumentos Financeiros são definidos de forma ampla como “qualquer contrato que origina um ativo financeiro em uma entidade e um passivo financeiro ou título patrimonial em outra entidade” (LOPES; GALDI; LIMA, 2011, p. 15).

Desta maneira, o Ativo financeiro é qualquer ativo que seja caixa; instrumento patrimonial de outra entidade; direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro de outra entidade; e, um contrato que possa ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria entidade. Alguns exemplos de ativos financeiros são os empréstimos e recebíveis, aplicações financeiras, títulos de renda fixa e variável (BRASIL, 2009). Os contratos de outorga firmados entre concedentes e concessionárias que decorrem em ativos financeiros são vistos como instrumento financeiro, visto que de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39, ele é definido como qualquer contrato que resulte em um ativo financeiro para a empresa ou passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade (BRASIL, 2009).

O Passivo Financeiro se refere a qualquer passivo que seja uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro a uma entidade; uma obrigação contratual de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a entidade; e, contrato que poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade. Como os empréstimos e emissões de títulos de dívida (BRASIL, 2009).

Neste sentido, o *International Financial Reporting Standard - IFRS n° 7 (2005)* apresenta regra para *Disclosure* dos instrumentos financeiros, sendo implementado no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio do Pronunciamento CPC 40- Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que tem como objetivo principal determinar os procedimentos para a evidenciação de instrumentos financeiros levando em consideração a relevância que os mesmos possuem na situação patrimonial e no desempenho de uma empresa. Além disso, de acordo com a norma, essa evidenciação deve levar em consideração o tipo de operação desenvolvida pela entidade e a quantidade de montante de instrumentos financeiros da mesma (SPOONER, 2017).

A IFRS n° 7 (2005), tem como objetivo solicitar que as companhias forneçam evidenciações em seus relatórios financeiros que instruem seus usuários a avaliar a significância dos instrumentos financeiros para verificar a posição e performance financeira da entidade, a natureza e o aumento dos riscos provenientes de instrumentos financeiros para os quais a empresa esteja divulgada durante o período e data do relatório, além disso, como a companhia gerencia tais riscos. Inclui-se nesses requerimentos um *disclosure* mínimo e específico sobre o

risco de crédito, risco de liquidez e riscos de mercado (PRATES; VENDRUSCOLO; SOUZA, 2017).

Assim, partindo desses conceitos, estudos como de Malaquias e Lemes (2013); de Sousa e Santos (2017); Prates, Vendruscolo e Souza (2017); Pereira et al. (2017); Franco e Souza (2018); Freitas (2019); Gonçalves (2019); e Pereira e Malaquias (2020) analisaram a evidenciação contábil/ *Disclosure* de Instrumentos Financeiros. O estudo de Malaquias e Lemes (2013) teve como objetivo analisar o nível de *disclosure* das demonstrações financeiras de companhias Brasileiras em relação aos requerimentos dispostos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) para evidenciação de Instrumentos Financeiros. Foram analisadas 24 companhias não financeiras durante o período de 2002 a 2006 e os principais resultados mostraram que os relatórios apresentados para o mercado brasileiro possuem um nível de evidenciação com média menor ao dos relatórios fornecidos ao mercado norte-americano. Além disso, as empresas que apresentaram melhores níveis de evidenciação foram as empresas de setores regulamentados, empresas com maior tempo de emissão de ADRs e as empresas maiores.

No estudo Sousa e Santos (2017), mediram o grau de cumprimento das evidenciações exigíveis das empresas obrigadas a divulgar suas demonstrações no padrão IFRS por força da Resolução CMN 3.786/2009, objetivando conferir se as evidenciações determinadas pelo CPC 40 – Instrumentos Financeiros estavam conforme o esperado. Foram analisadas as demonstrações dessas entidades durante os exercícios de 2012 a 2015 usando um *checklist* com 121 quesitos pautados nos itens de evidenciações obrigatórias do CPC 40. Os resultados demonstraram que o nível de evidenciação abaixo dos esperados pelas partes interessadas, pois, é incapazes de expressar, a significância dos instrumentos financeiros para a posição e desempenho dessas entidades, identificar a natureza e a extensão dos riscos de “carregamento” desses instrumentos e descrever o modo como essas entidades gerenciam esses riscos. Observou-se também que as companhias abertas possuem níveis de divulgações superiores aos das companhias fechadas obrigadas a constituírem comitês de auditorias.

Prates, Vendruscolo e Souza (2017), tem como objetivo geral da pesquisa analisar a relação entre o nível de evidenciação contábil dos Instrumentos Financeiros e o nível de governação corporativa de empresas de diferentes portes do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA no período de 2013 a 2015. Foram analisadas 21 companhias através de um estudo descritivo com abordagem quantitativa com o uso de *checklist* para coletar e analisar as informações das notas explicativas nas demonstrações financeira. O resultado encontrado, foi constatado que quanto mais alto o nível de governança corporativa, maior o nível de

evidenciação; “quanto maior a empresa, maior o nível de evidenciação” foi refutado e que “a divulgação de informações qualitativas sobre os riscos inerentes aos Instrumentos Financeiros é maior que a de informações quantitativas. Assim, as empresas brasileiras do setor elétrico não estão consolidadas na totalidade de quesitos de divulgação relativos aos Instrumentos Financeiros exigidos pela norma contábil no padrão IFRS.

Na pesquisa de Pereira et al (2017), objetivaram a análise da prática de gerenciamento de risco financeiro por meio de derivativos direcionados a uma boa gestão financeira, ou seja, objetivou-se investigar, por meio das análises das demonstrações financeiras e notas explicativas, os Instrumentos Financeiros derivativos utilizados pelas companhias BRF S.A., JBS S.A. e Marfrig, bem como, as metas alcançadas com a utilização desses contratos. Concluiu-se que as companhias analisadas apresentam derivativos nas diferentes modalidades de contratos e que o uso desses contratos tem como objetivo a proteção dos Instrumentos Financeiros da empresa, bem como a diminuição dos riscos financeiros as quais as empresas estavam expostas. A companhia que atendeu à maioria dos quesitos de acordo com o CPC 40 e a aplicação destes no gerenciamento de risco financeiro foi a BRF S.A., a JBS S.A. aparece em segundo lugar e a Marfrig apresentou o menor percentual de quesitos atendidos.

Para Franco e Souza (2018) o objetivo da pesquisa é identificar o nível de evidenciação dos instrumentos de *hedge* nas companhias não financeiras de capital aberto brasileiras. Para a identificação do nível da evidenciação foi analisada uma amostra de 20 empresas não financeiras, listadas na Bolsa de Valores, Brasil, Balcão (B3) analisando as demonstrações financeiras e notas explicativas, relatórios da administração e formulário de referência, no exercício social de 2015, mensurados através de uma lista de verificação criada de acordo com o CPC 40 (R1). Os resultados demonstram que há uma tendência de as companhias maiores possuírem um maior nível de evidenciação dos instrumentos de *hedge* e que houve melhor qualidade de informações nas Demonstrações financeiras e Notas explicativas relativas aos instrumentos de *hedge*, e que nos demais, como, Relatório da Administração e Formulário de referência são divulgados menos itens.

Freitas (2019) apresenta seu estudo com o objetivo de identificar os fatores determinantes da evidenciação da mensuração a valor justo de instrumentos financeiros em Instituições Financeiras bancárias brasileiras de capital aberto no período de 2010 a 2017. Foi utilizada uma amostra de 20 bancos brasileiros de capital aberto, obtendo o índice de evidenciação individual dos bancos. Como resultado, observa-se que ocorreu um aumento na evidenciação da mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros a partir da vigência do

CPC 46 (2013), além disso, nenhuma instituição financeira bancária evidenciou completamente os requisitos sobre a mensuração do valor justo, conforme prevê o normativo.

Enquanto no estudo de Gonçalves (2019) teve como objetivo analisar o grau de evidenciação dos Instrumentos Financeiros derivativos nas instituições financeiras brasileiras, de acordo com o padrão de evidenciação do COSIF e do IFRS. Foram analisadas através de dois modelos de divulgação as oito maiores instituições financeiras em atuação no Brasil através das demonstrações financeiras anuais de 2013 a 2017. A análise foi executada através da aplicação de um *checklist* com os itens exigidos pelo COSIF e IFRS e logo após, verificou-se o cumprimento destes requerimentos. Como principais resultados do estudo, houve uma evolução do nível de *disclosure* com o passar do tempo, as instituições que possuem ADRs demonstraram um grau de evidenciação maior do que seus pares e notou-se uma diminuição no desvio padrão no atendimento das instituições ao modelo IFRS, inferindo uma convergência dos bancos para uma evidenciação mais completa e menos assimétrica na divulgação de derivativos. Além disso, o IFRS obtém um grau maior de evidenciação que o COSIF, no atendimento de certos tópicos de cada modelo de divulgação.

Pereira e Malaquias (2020), avaliaram a relação entre o nível de aderência do *disclosure* de empresas listadas na B3 e o conteúdo curricular ofertado pelos cursos de graduação em ciências contábeis sobre instrumentos financeiros derivativos. Através dos pronunciamentos técnicos - CPCs 39, 40 e 48 elaborou-se um instrumento de coleta com 40 itens, esses, que foram utilizados para analisar as demonstrações financeiras durante 2016 e 2017 de 44 empresas e com os projetos pedagógicos e fichas de disciplinas de 250 cursos de graduação em Ciências Contábeis brasileiros. Os resultados da pesquisa mostram que não necessariamente os itens com menos aderência de conteúdo dos cursos são os de menos aderência nas demonstrações financeiras, exceto para os itens que estão relacionados a operações e contabilidade de *hedge*.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Caracterização da Pesquisa**

Esse estudo se classifica por uma pesquisa descritiva, de natureza quali-quantitativa, através de análise documental. A pesquisa descritiva, segundo Gil, (1999, p. 44) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, assim, a pesquisa descritiva tem como intuito descrever as características de um determinado fato, exacerbando principalmente as suas dimensões e fatores.

E tem como perspectiva qualitativa, pois, segundo Marconi e Lakatos (2003) a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento, pois, além de ser projetada para descrever a complexidade do problema a mesma tem a função de compreender e classificar processos dinâmicos vividos nos grupos sociais.

Através da pesquisa de aspecto qualitativo, é possível definir que a pesquisa ocorre através de uma análise documental, que para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo é: definida por:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

#### **3.2 Universo e amostra da Pesquisa**

O universo de pesquisa, ou também conhecido como população, é um conjunto de elementos que possuem características, as quais serão objeto de estudo da atual pesquisa, e a amostra, ou população amostral é uma parte selecionada de acordo com um critério de representatividade, sendo assim, um subconjunto do universo (VERGARA, 1997).

Dessa forma, este estudo tem como o universo de pesquisa as instituições financeiras, essas, classificadas como Intermediações Financeiras, classificadas no segmento Bancos, listados pertencentes à Brasil, Bolsa, Balcão (B3), totalizando 26 instituições.



**Quadro 1:** Instituições financeiras (Bancos) listados na B3 em 2020

SETOR DE ATUAÇÃO	COMPANHIAS
FINANCEIRA	<a href="#">ALFA HOLDINGS S.A.</a>
	<a href="#">BANCO BMG S.A.</a>
	<a href="#">BANCO INTER S.A.</a>
	<a href="#">BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO</a>
	<a href="#">BCO ABC BRASIL S.A.</a>
	<a href="#">BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.</a>
	<a href="#">BCO AMAZONIA S.A.</a>
	<a href="#">BCO BRADESCO S.A.</a>
	<a href="#">BCO BRASIL S.A.</a>
	<a href="#">BCO BTG PACTUAL S.A.</a>
	<a href="#">BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE</a>
	<a href="#">BCO ESTADO DO PARA S.A.</a>
	<a href="#">BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.</a>
	<a href="#">BCO INDUSVAL S.A.</a>
	<a href="#">BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.</a>
	<a href="#">BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.</a>
	<a href="#">BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.</a>
	<a href="#">BCO PAN S.A.</a>
	<a href="#">BCO PINE S.A.</a>
	<a href="#">BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.</a>
	<a href="#">BCO SOFISA S.A.</a>
	<a href="#">BRB BCO DE BRASILIA S.A.</a>
	<a href="#">CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BCO MULTIPLO S.A.</a>
	<a href="#">ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.</a>
	<a href="#">ITAUSA S.A.</a>
	<a href="#">PARANA BCO S.A.</a>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A amostra é composta pelas 5 (cinco) maiores empresas bancárias de acordo com GARA (2020), Banco do Brasil, Banco do Bradesco, Banco Itaú, Banco Inter e Banco Santander, através de acessibilidade das informações, pois considerando que as instituições selecionadas apresentam com realidade os seus gerenciamentos de riscos e o detalhamento de informações da mesma para atingir o objetivo desse trabalho. Sendo utilizado o período de 2015 a 2019, ou seja, verificando o controle do gerenciamento de riscos e as demonstrações financeiras das companhias bancárias nesses últimos 5 (cinco) anos.

### 3.3 Categorias / Coleta de Dados

O procedimento de coleta de dados nada mais é que métodos para juntar informações que são necessárias para a construção dos raciocínios em torno de um fato, fenômeno ou problema. De acordo com Silva e Menezes (2005), a coleta de dados estará vinculada com o problema de pesquisa, e dessa forma, procura obter fundamentação para que o objetivo da pesquisa seja alcançado.

**Quadro 2:** *Check List* de divulgações exigidas pela IFRS 7

DIMENSÕES	VARIÁVEIS
<b>RISCO DE CRÉDITO</b>	
<b>INFORMAÇÃO QUALITATIVA</b>	
1.1 Exposição ao risco de crédito e sua origem	0 = Não Divulga Informação 1= Divulga Informação
1.2 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de crédito	
1.2 Métodos e pressupostos utilizados para mensurar o risco de crédito	
1.4 Alterações aos pontos (1.1), (1.2) ou (1.3) em relação ao período anterior	
<b>INFORMAÇÃO QUANTITATIVA</b>	
2.1 Síntese quantitativa da exposição ao risco de crédito na data do relato	0 = Não Divulga Informação 1= Divulga Informação
2.2 Quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito	
2.3 Informações sobre as garantias colaterais detidas a título de caução	
2.4 Informação sobre os créditos que não estejam vencidos nem em imparidade	
2.5 Quantia das operações de crédito objeto de renegociação	
2.6 Classe de vencimento das operações de crédito	
2.7 Por tipo de segmento de operação as imparidades consideradas	
2.8 Para a carteira de crédito vencido e imparidades apresentar os colaterais	
2.9 Natureza e quantia escriturada dos ativos obtidos pelos colaterais	
2.10 Divulgação da concentração de risco por devedor	
2.11 Divulgação da concentração de risco por área geográfica	
2.12 Divulgação da concentração de risco por setor atividade	
2.13 Exposição das quantias de empréstimos e valores reembolsáveis a receber	
2.14 Exposição das quantias de contratos de derivados	
2.15 Exposição das quantias de garantias financeiras prestadas pelo banco	
2.16 Exposição das quantias relativas as linhas de crédito abertas a clientes	
<b>RISCO DE MERCADO</b>	
<b>INFORMAÇÃO QUALITATIVA</b>	
1.1 Exposição ao risco de mercado e sua origem	0 = Não Divulga Informação 1= Divulga Informação
1.2 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de mercado	
1.3 Métodos e pressupostos utilizados para mensurar o risco de mercado	
1.4 Alterações aos pontos (1.1), (1.2) ou (1.3) em relação ao período anterior	
<b>INFORMAÇÃO QUANTITATIVA</b>	
2.1 Síntese quantitativa da exposição ao risco de mercado na data do relato	
2.2 Análise de sensibilidade para cada sub-categoria do risco de mercado	

2.3 Separação de instrumentos financeiros detidos ou não para negociação	0 = Não Divulga Informação 1= Divulga Informação
2.4 Estimativa de alteração de taxas de juros (taxa de juro - variável)	
2.5 Realização de testes de esforço e cenários de flutuações das taxas de juro	
2.6 Informações sobre os ganhos e perdas nas carteiras, combinada com o VaR	
2.7 Análise de sensibilidade para cada divisa (caso de exposição relevante)	
<b>RISCO DE LIQUIDEZ</b>	
<b>INFORMAÇÃO QUALITATIVA</b>	
1.1 Exposição ao risco de liquidez e sua origem	0 = Não Divulga Informação 1= Divulga Informação
1.2 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de liquidez	
1.3 Métodos utilizados para mensurar o risco de liquidez	
1.4 Alterações aos pontos (1.1), (1.2) ou (1.3) em relação ao período anterior	
<b>INFORMAÇÃO QUANTITATIVA</b>	
2.1 Síntese quantitativa da exposição ao risco de liquidez na data do relato	0 = Não Divulga Informação 1= Divulga Informação
2.2 Análise da maturidade dos passivos financeiros e dos prazos residuais	
2.3 Valores das linhas de crédito para atender às necessidades de liquidez	
2.4 Depósitos junto do Banco Central para atender às necessidades de liquidez	
2.5 Composição da diversificação das fontes de financiamento	
2.6 Concentração do risco de liquidez quer nos ativos ou na fonte de recursos	
2.7 Instrumentos financeiros que possam exigir prestação de garantias	

Fonte: Amaral, 2015.

Os dados analisados foram obtidos por meio da análise de conteúdo, através da recolha de dados da informação financeira dos Relatórios Financeiros e do Relatório de Gerenciamento de riscos das instituições financeiras da amostra durante os meses de março e abril do ano de 2021. Para tratamento dos dados recolhidos, adotou-se o método da análise de conteúdo, através de *check list* sobre os índices de divulgação dos riscos (crédito, mercado e liquidez), esses, baseado nos estudos de Amaral (2015), no qual serão verificados os elementos no período de 2015 a 2019, totalizando um período temporal de 5 anos de análise.

Para verificação dos dados em questões, são analisados diversos instrumentos de divulgações, tais como as Demonstrações financeiras e Relatórios de Gerenciamento de riscos divulgados portais instituições financeiras analisadas.

### 3.4 Análise de Dados

A análise de dados é o processo de formação de significado, pois, é um processo intenso que envolve a análise dos dados e o raciocínio dedutivo e indutivo entre a interpretação/o dos dados e a descrição deles. Segundo Gil (1999):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o

que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p. 168).

Gil (2008) também afirma que as metodologias descritivas se utilizam da utilização de testes estatísticos, tornando assim a possível determinação, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido, e, além disso, a correlação entre variáveis.

Dessa forma, a análise de dados é de forma descritiva utilizando-se de descrições, sendo os resultados analisados conforme a classificação dos riscos (Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez), além disso, também são analisados a evolução da divulgação de instrumentos de riscos através da análise documental e posteriormente pela análise econométrica, por meio de estatística descritiva e teste de médias.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

### 4.1 Análise de Risco de Crédito

Os resultados da pesquisa foram divididas em três categorias sendo elas, a Análise de Risco de Crédito, Risco de Mercado e de Risco de Liquidez, no período de 2015 a 2019, sendo verificadas as informações por meio de análise conteúdo seguindo as etapas estabelecidas por Bardin (1977) na exploração do material e tratamento dos dados e interpretação nos documentos de Relatório de Gestão de Riscos e nas Notas Explicativas das instituições financeiras dos cinco (5) maiores bancos de acordo com a Revista Forbes que são: Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Inter, Banco Itaú e Banco Bradesco (GARA, 2020).

Neste sentido, a seguir a Tabela 1 apresenta os resultados sobre informações de risco de créditos, divididos nas categorias de Informações Qualitativas, que são representadas por três (3) elementos e Informações Quantitativas que são constituídas por dezesseis (16) elementos.

**Tabela 1:** Categorias de Risco de Crédito durante o período de 2015 a 2019

<b>Informação Qualitativa</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Exposição ao risco de crédito e sua origem	5	5	5	5	5
Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de crédito	5	5	5	5	5
Métodos e pressupostos utilizados para mensurar o risco de crédito	4	5	5	5	5
<b>Informação Quantitativa</b>					
Síntese quantitativa da exposição ao risco de crédito na data do relato	5	5	5	5	5
Quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito	5	5	5	5	5
Informações sobre as garantias colaterais detidas a título de caução	3	4	3	2	3
Informação sobre os créditos que não estejam vencidos nem em imparidade	5	5	4	2	3
Quantia das operações de crédito objeto de renegociação	2	2	3	3	3
Classe de vencimento das operações de crédito	1	0	0	0	0
Por tipo de segmento de operação as imparidades consideradas	1	1	1	1	1
Para a carteira de crédito vencido e imparidades apresentar os colaterais	1	2	4	2	1
Natureza e quantia escriturada dos ativos obtidos pelos colaterais	3	3	2	3	3
Divulgação da concentração de risco por devedor	4	5	5	4	4
Divulgação da concentração de risco por área geográfica	4	5	5	5	5
Divulgação da concentração de risco por setor atividade	3	5	4	5	5
Exposição das quantias de empréstimos e valores reembolsáveis a receber	5	5	5	5	5
Exposição das quantias de contratos de derivados	5	5	4	5	5
Exposição das quantias de garantias financeiras prestadas pelo banco	3	3	5	5	5
Exposição das quantias relativas as linhas de crédito abertas a clientes	2	3	3	2	2
<b>Total de Elementos de Risco de Crédito divulgados</b>	<b>66</b>	<b>73</b>	<b>73</b>	<b>69</b>	<b>70</b>
<b>Total de Elementos de Risco de Crédito Não divulgados</b>	<b>29</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>26</b>	<b>25</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

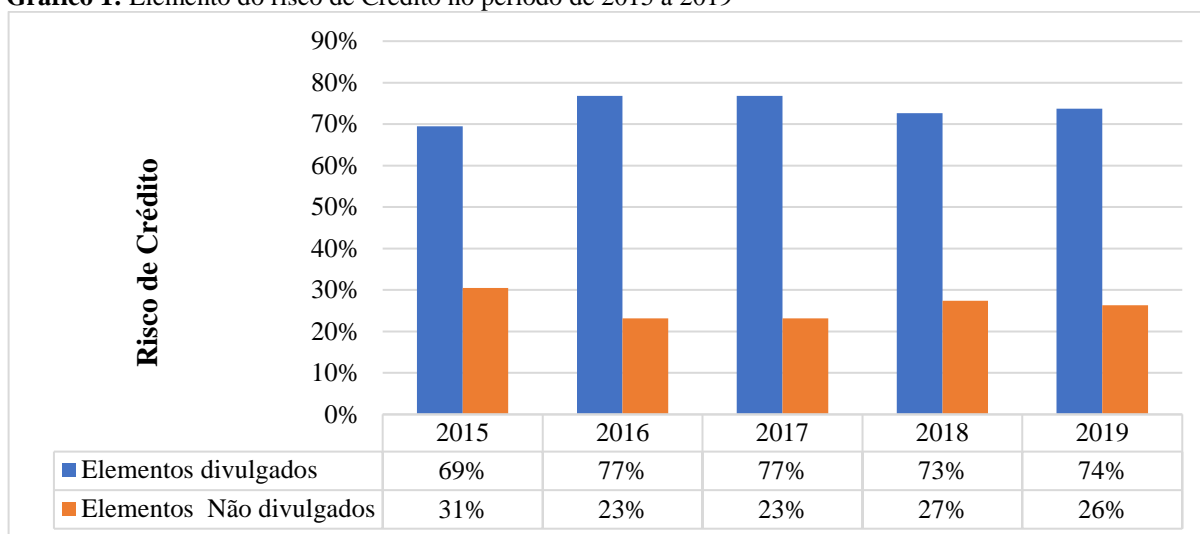
Conforme a Tabela 1, são analisados dezenove (19) elementos, sendo avaliados em 5 bancos, totalizando noventa e cinco (95) elementos observados por ano. Verifica-se que, no ano de 2015 a frequência foi de 66 elementos divulgados e 29 elementos não divulgados. Observa-se que durante os anos analisados, 2016 e 2017 obtiveram uma frequência constante de 73 itens de elementos do risco de crédito divulgados. Em contrapartida, também foram os anos com menor itens que não divulgaram, sendo 22 elementos. O ano de 2018, teve como frequência divulgada 69 itens de risco de crédito e não divulgados 26. Em 2019 foi exposto referente ao Risco de crédito o total de 70 dados.

Ainda conforme Tabela 1, observa-se que os bancos divulgam suas informações qualitativas referente ao risco de liquidez durante os anos de 2015 a 2019, exceção do Banco Inter no ano de 2015, que não informou quais os Métodos e pressupostos utilizados para mensurar o risco de crédito. O processo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Bradesco no ano de 2016 é realizado de maneira corporativa, o processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Verifica-se que durante os anos, os bancos analisados mostram em síntese quantitativa da exposição ao risco de crédito na data do relato, encontra-se como exemplo a exposição de risco de crédito do banco Itaú no ano de 2018 que equivale a R\$ 714.969 milhões. O banco Bradesco no ano de 2015 foi o único a apresentar informações em suas notas explicativas sobre as classes de vencimento das operações de crédito. Além disso, apenas o Banco do Brasil durante o período da pesquisa apresentou informações sobre o tipo de segmento de operações referente as imparidades consideradas nos relatórios. A concentração de risco de crédito foi analisada em três segmentos, por devedor, por área geográfica e por setor de atividade.

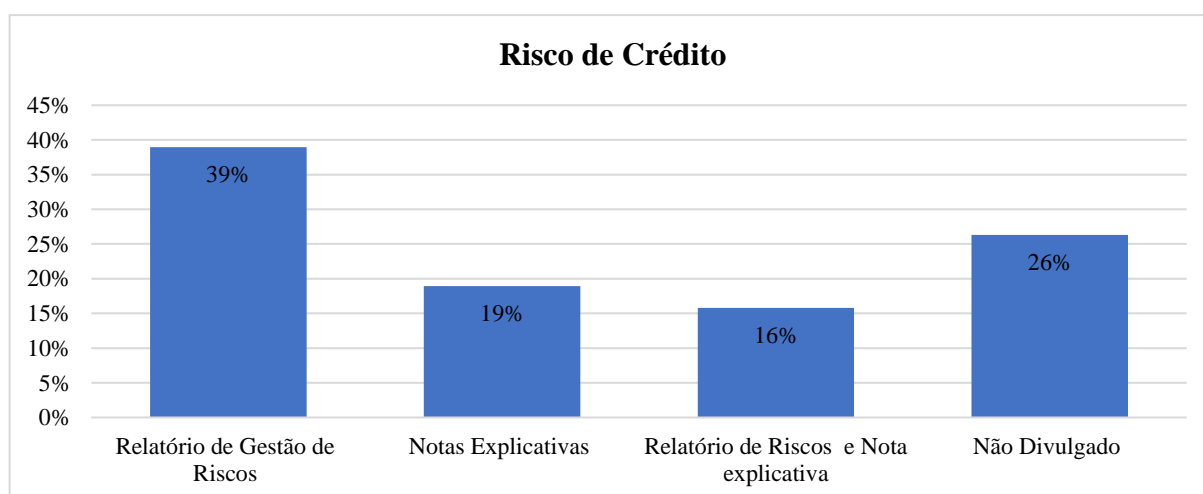
Na divulgação da concentração de risco por devedor os Bancos Brasil, Bradesco, Itaú e Santander divulgaram em todos os anos e o Banco Inter divulgou apenas em 2016 e 2017 em suas Notas Explicativas. Na concentração por área geográfica, todos os bancos divulgaram em todos os anos, exceto o Banco do Brasil que não divulgou em 2015. E na concentração por setor de atividade, os Bancos do Bradesco, Itaú e Santander expôs em todos os anos, o Banco do Brasil só não divulgou em 2015 e o Banco Inter divulgou apenas em 2015 e 2017.

Ressalta-se, que análise dos anos estudados (2015 a 2019) das companhias relataram a exposição das quantias de empréstimos e valores reembolsáveis a receber. Assim, o Gráfico 1 apresenta-se os percentuais de elementos divulgados e não divulgados pelas companhias bancárias.

**Gráfico 1:** Elemento do risco de Crédito no período de 2015 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O Gráfico 1, verifica que os anos que mais divulgaram os elementos de risco de crédito foram 2016 e 2017, esses, divulgando 77% de seus elementos. Em contrapartida, o ano que menos divulgou elementos foi 2015 com 69% de publicação dos riscos de créditos. Enquanto o total dos elementos não divulgados tivera porcentagem de 23% dos elementos durante o ano de 2016 e 2017 e 31% do ano de 2015. No ano de 2018, 27% dos elementos não foram divulgados. E em 2019, obtive resultado de 26% dos elementos não foram divulgados em notas explicativas e em relatórios de gestão de risco.

**Gráfico 2:** Instrumento de divulgação do Risco de Crédito

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme Gráfico 2, apresenta o instrumento de divulgação do risco de crédito durante o período de 2015 a 2019 nos bancos estudados. Assim, é possível identificar que a maior

instrumento de divulgação de risco de crédito foi no Relatórios de Gestão de Risco, com 39% de divulgação, seguindo por instrumentos não divulgados em nenhum instrumento com 26%. As Notas Explicativas apresentaram 16% de exposição do risco de crédito e apenas 16% foram encontrados nos dois instrumentos (Relatórios de Gestão de Risco e nas Notas Explicativas).

## 4.2 Análise de Risco de Mercado

Os resultados sobre informações de risco de mercado, divididos nas categorias de Informações Qualitativas, que são representadas por três (3) elementos e Informações Quantitativas que são constituídas por sete (7) elementos. A Tabela 2 mostra os resultados encontrados durante cinco anos, de 2015 a 2019.

**Tabela 2:** Categorias de Risco de Mercado durante o período de 2015 a 2019

<b>Informação Qualitativa</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Exposição ao risco de mercado e sua origem	5	5	5	5	5
Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de mercado	5	5	5	5	5
Métodos e pressupostos utilizados para mensurar o risco de mercado	5	5	5	5	5
<b>Informação Quantitativa</b>					
Síntese quantitativa da exposição ao risco de mercado na data do relato	3	4	5	5	5
Análise de sensibilidade para cada sub-categoria do risco de mercado	4	5	4	4	3
Separação de instrumentos financeiros detidos ou não para negociação	5	5	5	5	5
Estimativa de alteração de taxas de juros (taxa de juro - variável)	5	4	4	4	4
Realização de testes de esforço e cenários de flutuações das taxas de juro	3	2	2	1	1
Informações sobre os ganhos e perdas nas carteiras, combinada com o VaR	3	4	4	3	4
Análise de sensibilidade para cada divisa (caso de exposição relevante)	3	3	3	3	2
<b>Total de Elementos de Risco de Mercado divulgados</b>	<b>41</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>40</b>	<b>39</b>
<b>Total de Elementos de Risco de Mercado Não divulgados</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

De acordo com Tabela 2, são analisados dez (10) elementos, sendo avaliados em 5 bancos, totalizando cinquenta (50) elementos observados de risco de mercado por ano. Diante do exposto, no ano de 2015 a frequência foi de 41 elementos divulgados e 9 elementos não divulgados. Observa-se que durante os anos analisados, 2016 e 2017 obtiveram uma frequência com 42 itens de elementos do risco de mercado divulgados. Em contrapartida, também foram os anos que teve menor quantidade de elementos não divulgados, com o total de 8 itens. Em 2018, foram divulgados 40 itens de risco de mercado e não divulgados 10. Com o menor número de frequência da exposição de elementos referente a Risco de mercado encontra-se o ano de 2019, expondo apenas 39 dados.

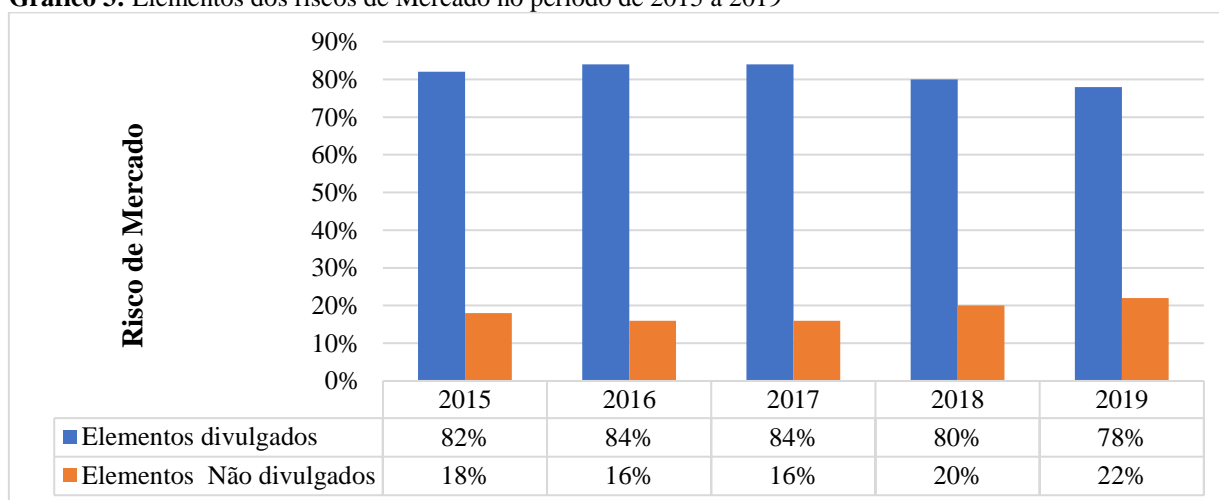


A partir da Tabela 2, é possível observar que os bancos divulgam suas informações qualitativas referente ao risco de mercado durante os anos de 2015 a 2019. A política de risco de mercado do banco Inter em 2018 por exemplo, é seguida e monitorada pelo Comitê de ativos e Passivos e pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital.

Referente as Informações Quantitativas de Risco de Mercado, o Banco do Brasil e o Banco Inter não apresentaram nenhum resumo referente aos valores da exposição ao risco de mercado em 2015 e no ano de 2016 apenas o banco do Brasil não expôs essas informações. Saltelli (2002), apresenta que a análise de sensibilidade “[...] é o estudo de como a incerteza do output de um modelo (numérico ou outro) pode ser decomposta em diferentes fontes de incerteza dos inputs do modelo”, assim, no ano de 2015 todos os bancos divulgaram, menos o Banco Inter, e em 2019 apenas o banco Bradesco e o Banco Inter não divulgaram a análise de sensibilidade.

Durante o período, os bancos divulgaram a Separação de instrumentos financeiros detidos ou não para negociação. O teste de esforço de um banco é uma técnica de gestão de risco que tem como função avaliar os efeitos, nas condições financeiras de uma instituição, resultantes de alterações nos fatores de risco em função de acontecimentos excepcionais. Sendo assim, o banco que mais apresentou a Realização de testes de esforço e cenários de flutuações das taxas de juro foi o Banco Inter, apresentando em 4 anos, em seguida o banco do Brasil apresentando 3 anos consecutivos, (2015, 2016 e 2017) seguido pelo o banco Itaú com divulgação nos anos 2016 e 2016, os demais bancos não apresentaram dados sobre o assunto.

**Gráfico 3:** Elementos dos riscos de Mercado no período de 2015 a 2019

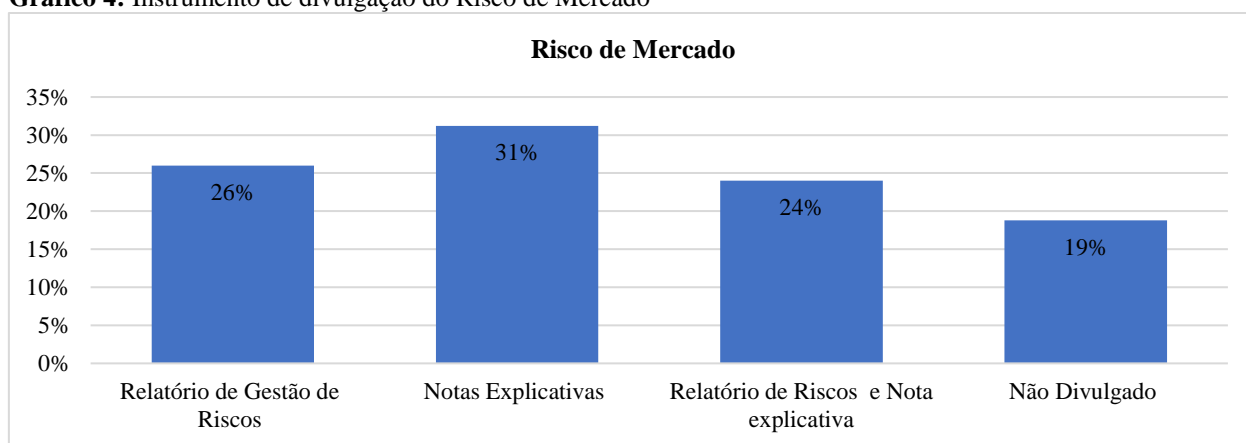


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

De acordo com o Gráfico 3, é possível observar que o ano de 2015 os elementos divulgados totalizaram 82% dos seus itens e não divulgou 18%, observa-se também que os anos que mais divulgaram elementos de risco de crédito foram os anos de 2016 e 2017 com 84% dos seus elementos divulgados. Além disso, o ano com menor divulgação de elementos de risco de mercado foi o ano de 2019 com apenas 78% de divulgação.

Diante disso, observa-se que houve um aumento do ano de 2015 para 2016, que se manteve constante no ano de 2017 e logo em seguida houve uma queda no ano de 2018 e permaneceu em queda durante o ano de 2019. E por consequência, o ano com maior percentual de elementos não divulgados foi o ano de 2019 com 22%.

**Gráfico 4:** Instrumento de divulgação do Risco de Mercado



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O Gráfico 4, apresenta os instrumentos de divulgação do risco de Mercado durante o período de 2015 a 2019 nos bancos estudados. Assim, é possível identificar que instrumento mais utilizado para divulgação de risco de mercado foi encontrada nas Notas Explicativas, com 31% de divulgação, seguindo pela divulgação no Relatório de Gestão de Riscos com 26%. Verifica-se também que 24% das divulgações de risco de mercado foram encontrados nos dois instrumentos (Relatório de Gestão de Risco e nas Notas Explicativas) e apenas 19% não foram divulgados em nenhum instrumento.

### 4.3 Análise de Risco de Liquidez

Os resultados sobre informações de risco de liquidez são apresentados na Tabela 3, que se dividi nas categorias de Informações Qualitativas, que são representadas por três (3)

elementos e Informações Quantitativas que são constituídas por sete (7) elementos. A Tabela 3 mostra os resultados encontrados durante cinco anos, de 2015 a 2019.

**Tabela 3:** Categorias de Risco de Liquidez durante o período de 2015 a 2019

<b>Informação Qualitativa</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Exposição ao risco de liquidez e sua origem	5	5	5	5	5
Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de liquidez	5	5	5	5	5
Métodos utilizados para mensurar o risco de liquidez	4	5	5	5	5
<b>Informação Quantitativa</b>					
Síntese quantitativa da exposição ao risco de liquidez na data do relato	2	3	3	3	4
Análise da maturidade dos passivos financeiros e dos prazos residuais	0	0	0	0	0
Valores das linhas de crédito para atender às necessidades de liquidez	1	3	4	4	4
Depósitos junto do Banco Central para atender às necessidades de liquidez	5	5	5	5	5
Composição da diversificação das fontes de financiamento	4	4	4	4	5
Concentração do risco de liquidez quer nos ativos ou na fonte de recursos	0	2	2	2	3
Instrumentos financeiros que possam exigir prestação de garantias	2	3	4	5	5
<b>Total de Elementos de Risco de Liquidez divulgados</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>41</b>
<b>Total de Elementos de Risco de Liquidez Não divulgados</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>9</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Na Tabela 3, são analisados dez (10) elementos, sendo avaliados em 5 bancos, totalizando cinquenta (50) elementos observados de risco de liquidez por ano. Assim, no ano de 2015 a frequência foi de 28 elementos divulgados e 22 elementos não divulgados tornando-se assim, o ano que menos divulgou informações. Observa-se que durante o ano de 2016 houve um aumento de frequência e 35 dados foram publicados nos relatórios, logo, em 2017 obtive-se uma frequência com 37 itens de elementos do risco de liquidez divulgados. Em 2018 foram divulgados 38 itens de risco de liquidez e não divulgados 12. Com o maior número de frequência da exposição de elementos referente a Risco de liquidez encontra-se o ano de 2019, expondo um total de 41 dados.

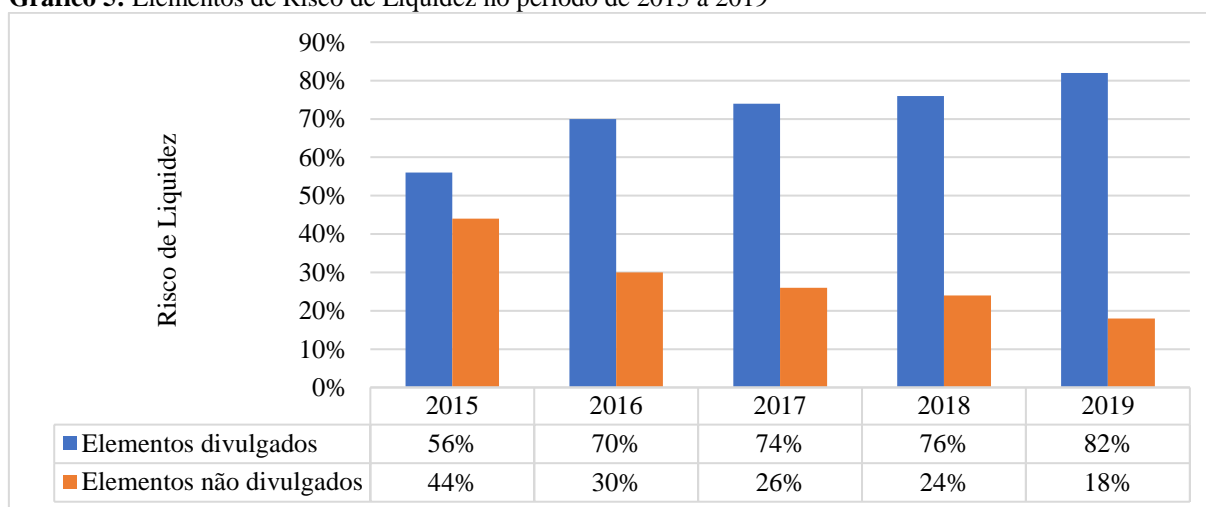
Diante a exposição da Tabela 3, é possível observar que os bancos divulgam suas informações qualitativas referente ao risco de liquidez durante os anos de 2015 a 2019, porém, no ano de 2015 o Banco Bradesco não informou nos relatórios financeiros o Método utilizado para mensurar o risco de liquidez. O Banco Santander em 2017 utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "*Liquidity Coverage Ratio*" (LCR). O LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

Referente as Informações Quantitativas de Risco de Liquidez, Bessis (2010) refere-se que o risco de liquidez resulta da descompensação da dimensão e maturidade entre ativos e

passivos, analisando isso, observa-se que nenhum dos bancos expõem elementos sobre análise da maturidade dos passivos financeiros e dos prazos residuais em qualquer ano. É perceptível também observar que houve um aumento na exposição de Valores das linhas de crédito para atender às necessidades de liquidez nos relatórios financeiros das empresas analisadas durante os anos. O banco do Brasil divulgou sobre o assunto nos anos estudados, o Banco do Bradesco e o Banco Itaú divulgaram nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

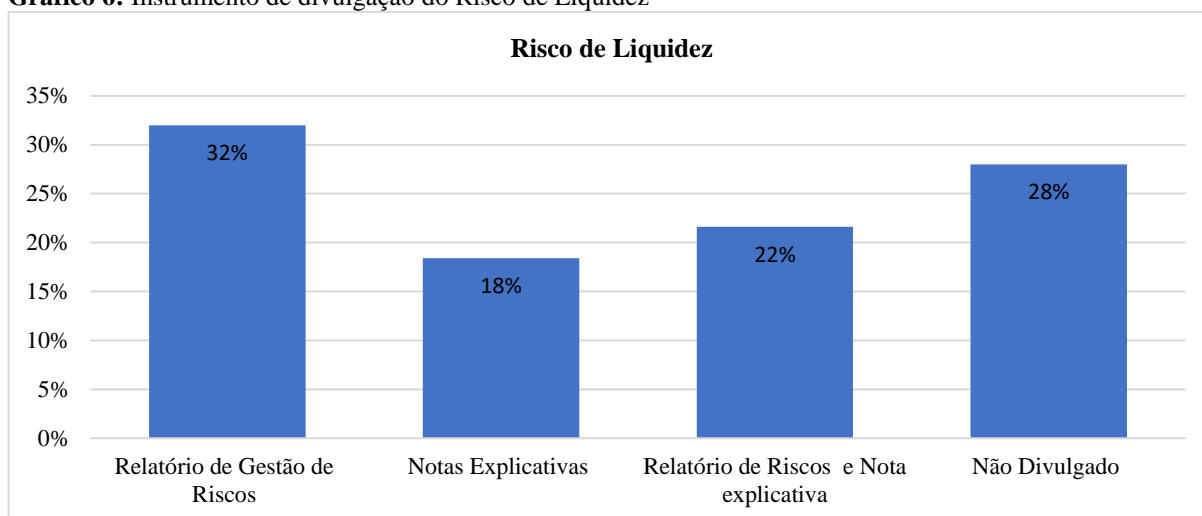
O Banco Santander apenas durante os três últimos anos da análise e o Banco Inter não divulgaram em nenhum ano do estudo. Além disso, durante os anos da pesquisa os bancos divulgaram os Depósitos junto do Banco Central para atender às necessidades de liquidez. O Banco Inter divulga em 2019 os depósitos no Banco Central ao valor de R\$ 392.280 milhões. Além disso, como categoria de risco de liquidez a composição da diversificação das fontes de financiamento é exposta por todos os bancos em 2019 e nos demais anos o Banco do Brasil não publicou informações sobre ele.

**Gráfico 5:** Elementos de Risco de Liquidez no período de 2015 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

De acordo com o Gráfico 5, é possível observar que os anos que mais divulgaram elementos de risco de liquidez foi o ano de 2019 com 82% dos seus elementos divulgados. Além disso, o ano com menor divulgação de elementos de risco de mercado foi o ano de 2015 com apenas 56% de divulgação. Diante disso, observa-se que houve um aumento constante com o passar dos anos. Analisa-se também que durante o ano de 2016 apenas 70% dos elementos foram divulgados e 30% não foram divulgados. Em 2017 a porcentagem de divulgação foi de 74% e de não divulgação de 26%. E no ano de 2018 76% apresentaram elementos e por outro lado, não divulgaram 24%.

**Gráfico 6:** Instrumento de divulgação do Risco de Liquidez

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O Gráfico 6 apresenta os instrumentos de divulgação do Risco de Liquidez durante o período de 2015 a 2019 nos bancos estudados. Com base no mesmo, é possível identificar que a maior divulgação de instrumentos de risco de liquidez foi encontrada nos relatórios de Gestão de Risco, com 32% de divulgação, seguindo por instrumentos não divulgados em nenhum instrumento com 28%. Verifica-se que 22% das divulgações de risco de mercado foram encontrados nos dois instrumentos (Relatório de Gestão de Risco e nas Notas Explicativas) e apenas 18% foram expostas nas Notas Explicativas.

#### 4.4 Estatística descritiva / Percentuais de divulgação de Riscos Financeiros

Os dados obtidos na evidenciação dos elementos de riscos financeiros, visando a demonstração dos resultados e tornando possível uma análise objetiva. Para isso, utiliza-se de estatística descritiva para apresentar a divulgação e não divulgação das categorias de Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez do período que abrange de 2015 a 2019, compreendendo as companhias bancárias listadas na B3.

**Tabela 4:** Estatística descritiva dos elementos dos riscos de créditos, mercado e liquidez

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Divulgação das categorias de Risco de Crédito	64,00	73,00	69,8000	3,70135
Não Divulgação das categorias de Risco Crédito	22,00	31,00	25,2000	3,70135
Divulgação das categorias de Risco de Mercado	29,00	42,00	38,4000	5,41295
Não Divulgação das categorias de Risco de Mercado	8,00	21,00	11,6000	5,41295
Divulgação das categorias de Risco de Liquidez	28,00	41,00	35,8000	4,86826

Não Divulgação das categorias de Risco de Liquidez	9,00	22,00	14,2000	4,86826
--	------	-------	---------	---------

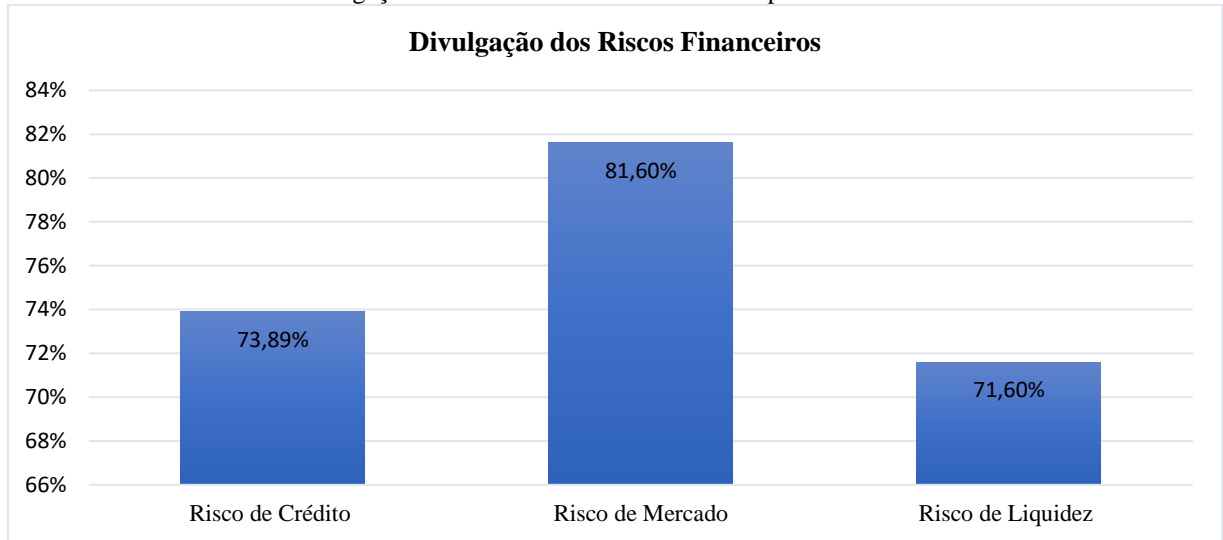
Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

De acordo com a Tabela 4, evidencia-se que a média dos elementos Divulgados das categorias de Risco de Crédito é de 69,80, e a média dos elementos Não Divulgados das categorias de Risco Crédito é de 25,2000, onde a quantidade total de elementos por ano é de 95 elementos, sendo assim, aproximadamente 70 elementos foram divulgados e 25 elementos não divulgados, classificando assim, como uma divulgação de elementos de risco de créditos boa.

Observa-se também que a média dos elementos Divulgados das categorias de Risco de Mercado é de 38,4000 e a média dos elementos Não Divulgados das categorias de Risco Mercado é de 11,6000, onde a quantidade total de elementos por ano é de 50 elementos, sendo assim, aproximadamente 38 itens foram divulgados e 12 não divulgados, e de acordo com a quantidade geral x média, é considerável uma boa evidenciação dos riscos de mercado durante os estudos.

No que se refere à análise da Tabela 4, a média dos elementos Divulgados das categorias de Risco de Liquidez é de 35,8000 e a média dos elementos Não Divulgados das categorias de Risco Mercado é de 14,2000, onde a quantidade total de elementos por ano é de 50 elementos, sendo assim, aproximadamente 36 itens foram divulgados e 14 não divulgados, sendo assim, pode-se considerar uma boa evidenciação dos riscos liquidez.

Compreendendo o período de 2015 a 2019, conclui-se que entre a divulgação e a não divulgação das empresas analisadas não há diferenças estatísticas significantes, logo, no período de análise, verificou-se que as médias das empresas que divulgam os riscos é a diferença do total menos a média das companhias que não divulgam os riscos, sendo assim, classifica-se como uma divulgação ótima, pois divulga mais do que não divulga, sendo assim, pode-se considerar que as companhias bancárias listadas na B3 evidenciam boa parte dos riscos financeiros.

**Gráfico 7:** Instrumento de divulgação dos Riscos Financeiros nas Companhias Bancárias

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

De acordo com o Gráfico 7, é possível evidenciar que o nível de divulgação de informações praticados sobre os riscos financeiros são bastante elevados, e além disso, o índice de risco de Mercado é o mais divulgado com 81,60%, em seguida o Risco de Crédito com 73,89% de divulgação e por último o Risco de Liquidez com 71,60%.

## 5 CONSIDRAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem por objetivo geral analisar como os riscos financeiros são evidenciados em companhias bancárias listadas na B3. Os procedimentos metodológicos, utilizados no estudo tem característica descritiva, de natureza qualitativa, através de análise documental.

Assim, este estudo tem como o universo de pesquisa as companhias bancárias, no segmento de Bancos listados pertencentes a B3, assim, a amostra é composta pelos 5 maiores bancos de acordo com a Forbes, durante o período de 2015 a 2019. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, através da recolha de dados de informações financeiras dos Relatórios de Gerenciamento de Risco e dos Relatórios Financeiros das companhias bancárias da amostra (GARA, 2020).

Os resultados encontrados evidenciaram que no que concerne a análise dos 05 anos, nesse período, as instituições financeiras trabalhadas, essas, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Inter e Banco Santander divulgaram seus riscos financeiros. No que se refere, conclui-se que o nível de divulgação de informações praticados sobre os riscos financeiros são bastante elevados, e além disso, o índice de risco de Mercado é o mais divulgado com 81,60%, em seguida o Risco de Crédito com 73,89% de divulgação e por último o Risco de Liquidez com 71,60%.

Os achados da pesquisa sugerem que, durante todo o período do estudo os Riscos de Créditos foram mais evidenciados nos anos de 2016 e 2017 e menos evidenciados nos anos de 2015 com apenas 66 elementos divulgados. Obtiveram destaques os riscos de Mercado, onde o ano de 2016 e 2017 continuaram em destaque divulgado mais itens e o ano de 2019 expondo menos risco de mercado. No que corresponde a evidenciação do Riscos de Liquidez, o ano de 2019 divulgou mais itens e no ano de 2015 divulgou menos evidenciações.

No que se refere à estatística descritiva correspondente as evidenciações dos riscos financeiros no que compreende o período de 2015 a 2019, é possível concluir que todos os Riscos Financeiros (Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez) de acordo com a quantidade geral de itens divulgados x média dos itens divulgados, são consideráveis boas evidenciações.

Por fim, verifica-se que no estudo sobre a evidenciação dos riscos financeiros em Companhias Bancárias listadas na B3 há um padrão de prática de evidenciação de informações, mostrando assim que eles têm uma elevada taxa de publicação. A pesquisa realizada apresenta, todavia, determinadas limitações, visto que a amostra é de pequena dimensão, limitando-se aos



cinco maiores grupos bancários listados na B3. Para além disso, como limitação de pesquisa também se observou a temporalidade, uma vez que se optou por um aumento de três anos no período que compreende a análise de dados.

Sendo assim, sugere-se, para futura pesquisa, alargar a amostra e o período de análise, estudar, companhias bancárias de outros países como fator de comparação financeira e cultural e considerar outros indicadores de riscos, que possam ser potencialmente explicativos no nível de divulgação.

## REFERÊNCIAS

- ALCARVA, P. **A banca e as PME**. Porto: VidaEconómica2011. Disponível em: [https://books.google.pt/books?id=aJ4qAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=aJ4qAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 10 nov. 2019.
- ALVES, M. T.; GRAÇA, M. L. Divulgação de informação sobre o risco de mercado: um caso de empresas do PSI20. **Revista Científica Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 163-184, 2013.
- AMARAL, C. A. L. V. Derivativos: o que são e a evolução quanto ao aspecto contábil. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 32, 71 – 80, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772003000200005>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- AMARAL, M. **Divulgação de informação sobre riscos financeiros: evidência empírica no setor bancário português**. 2015. Dissertação (Mestrado)-Escola Superior de Gestão, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Santiago da Compostela: Universidade de Santiago da Compostela, 2015.
- ARAI, Carlos. **Gestão de riscos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- BARALDI, Paulo. **Gerenciamento de riscos empresariais: a gestão de oportunidades, a avaliação de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Gerenciamento de riscos empresariais: a gestão de oportunidades, avaliação de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BESSIS, J. (2010). **Risk Management in Banking**. John Wiley & Sons Ltd, 3. ed. ISBN 978-0-470-01912-2 (H/B). ISBN 978-0-470-01913-9 (P/B), 2010.
- BITTENCOURT; PALMEIRA, M. Gestão financeira. **Observatorio de la Economia Latinoamericana**, n. 165, 2012. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BRASIL. **Diagnóstico da convergência às normas internacionais: IFRS 7 Financial instruments disclosures**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/convergencia\\_normas/IFRS\\_7\\_Evidenciacao\\_de\\_Instrumentos\\_Financeiros.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/convergencia_normas/IFRS_7_Evidenciacao_de_Instrumentos_Financeiros.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Pronunciamento técnico CPC 39**. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2009. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/410\\_CPC\\_39\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/410_CPC_39_rev%2013.pdf). Acesso em: 22 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **CPC 14: instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação.** Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=45>. Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3.534, de 31 de janeiro de 2008: define termos relacionados aos instrumentos financeiros, para fins de registro contábil. **Banco Central do Brasil**, Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=3534>. Acesso em: 14 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3.786, de 24 de setembro de 2009: Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Banco Central do Brasil**, Brasília, 2008. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res\\_3786\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3786_v1_O.pdf). Acesso em: 14 dez. 2020.

BRITO, Osias Santana de. **Controladoria de risco-retorno em instituições financeiras.** São Paulo: Saraiva, 2003.

BROKERHOF, A. et al. **Interfacing research and risk management for a better safeguarding of cultural heritage.** Praga: European Conference "Sauveur" Safeguarded Cultural Heritage, 2007.

CAIADO, A. C.; CAIADO, Jorge. **Gestão de instituições financeiras.** Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

CAMARGO, Paula. **Gestão de risco nas instituições financeiras.** 2010. 34f. Monografia (Pós Graduação em Gestão em Instituições Financeiras) – Instituto a vez do mestre. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2010.

CARVALHO, Nelson. **Uma contribuição a auditoria do risco de derivativos.** 1996. 117f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

CAVALCANTE, D. S.; LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R.; GALLON, A. V. Características da controladoria nas maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 3, p. 113-134, 2012.

COCURULLO, A. **Gestão de riscos corporativos: riscos alinhados com algumas ferramentas de gestão – um estudo de caso.** 3. ed. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003.

FORTES, Fabiano Sales Dias. **Influência do gerenciamento de riscos no processo decisório: análise de casos.** 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Engenharia Naval e Oceânica)-Escola Politécnica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

FRANCO, Y. S.; SOUZA, M. M. **Evidenciação dos instrumentos de hedge nas companhias não financeiras de capital aberto brasileiras**. R. Eletr. do Alto Vale do Itajaí: REAVI, v. 7, n. 10, p. 01-15, jun. 2018.

FREITAS, Josiane Aparecida Alves de. **Determinantes da evidenciação da mensuração a valor justo de instrumentos financeiros no contexto das instituições financeiras bancárias**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

GARA, Antoine. **Os melhores bancos do mundo**: Nubank é o primeiro entre os dez mais no Brasil. Forbes, 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/escolhas-do-editor/2020/06/os-melhores-bancos-do-mundo-nubank-e-o-primeiro-entre-os-dez-mais-no-brasil/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Mateus Martins. **Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos**: grau de cumprimento dos requerimentos dos padrões Cosif e IFRS pelas maiores instituições financeiras brasileiras. 2019. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)-Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

HOLLÓS, A. C.; PEDERSOLI JÚNIOR, J. L. **Gerenciamento de riscos**: uma abordagem interdisciplinar. Salvador: PontodeAcesso, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v3i1.3314>. Acesso em: 18 nov. 2020.

JORION, Philippe. **Value at Risk**: a nova fonte de referência para o controle do risco de mercado. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1998.

LOPES, A. B.; GALDI, F. C.; LIMA, I. S. **Manual de contabilidade e tributação de instrumentos financeiros e derivativos**: CPC 38, CPC 39, CPC 40, OCPC 3, IAS 39, IAS 32, IFRS 7, Normas da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Receita Federal do Brasil. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MALAQUIAS, R.; LEMES, S. **Disclosure of financial instruments according to International Accounting Standards**: empirical evidence from Brazilian companies. Vitória: Brazilian Business Review, v. 10, n. 3, p. 82-112, jul./set. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PELEIAS, I. R. et al. **Demonstrações contábeis de bancos brasileiros**: análise da evidenciação oferecida à luz do gerenciamento de riscos. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 4, n. 1, p. 22-36, jan./abr. 2007.

PEREIRA JÚNIOR, A.; MALAQUIAS, R. F. Instrumentos financeiros derivativos: comparação do nível de discloruse das empresas com o conteúdo ofertado pelos cursos de graduação em Ciências Contábeis. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 96-109, jan./abr. 2020.

PEREIRA, V. H.; OLIVEIRA, C. V.; SILVA, C. M.; SILVA, D. V. I. **Análise da utilização e evidenciação de instrumentos financeiros derivativos no âmbito das normas**

**internacionais de contabilidade como estratégia para uma boa gestão financeira.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

PINHO, C.; VALENTE, R.; MADALENO, M.; VIEIRA, E. **Risco financeiro: medida e gestão,** Lisboa: Edições Sílabo, 2011.

POLÍTICA de gestão de riscos corporativos. [S.l.]: B3, 2016. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5fd7b7d8-54a1-472d-8426-eb896ad8a3c4/6299d7d0-f689-59db-dc14-f4cec657c845?origin=1>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PRATES, P.; VENDRUSCOLO, M. I.; SOUZA, R. B. L. **Evidenciação de instrumentos financeiros e nível de governança corporativa: estudo relacional em companhias do setor elétrico de 2013 a 2015.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

REILLY, Frank K, NORTON, Edgar A. **Investimentos.** 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

RUPPENTHAL, J. E. Gerenciamento de riscos. Standards Austrália. **Norma AS/NZS 4360:2004.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/342/2020/04/GERENCIAMENTO-DE-RISCOS.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021

SALLES JÚNIOR, Carlos Alberto Corrêa; SOLER, Alonso Mazini; VALLE, José Angelo Santos do; RABECHINI JÚNIOR., Roque. **Gerenciamento de riscos em projetos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SALTELLI, A. **Sensitivity analysis for importance assessment.** Barcelona: Risk Analysis, v. 22, n. 3, p. 579-590, 2002.

SANTOS, Sérgio Monteiros dos. **Gestão de riscos empresariais: um guia prático e estratégico para gerenciar os riscos de sua empresa.** 1. ed. São Paulo: Novo século, 2002. 23 p.

SCOTT, W. R. **Financial accounting theory.** 7. ed. New Jersey: Pearson, 2015. 624p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SIQUEIRA, J. O. **Introdução ao risco.** São Paulo: FACEF Pesquisa, v. 6, n. 3, p. 19-25, 2003.

SOUSA, R. L. S.; SANTOS, O. M. **Nível de evidenciação das instituições financeiras à luz das exigências do CPC: instrumentos financeiros.** Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 105-122, jan./abr. 2017.

SPOONER, Andrew. **International GAAP Bank Limited Illustrative disclosures under IFRS 7 as amended by IFRS 9.** Deloitte, set. 2017 Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/nz/Documents/audit/Deloitte-Illustrative-Financial-Statements-for-Banks.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

STEINBERG, R. M.; MARTENS F. J.; EVERSON, M. E. A.; NOTTINGHAM, L. E. **Estrutura integrada**: sumário executivo e estrutura e gerenciamento de riscos na Empresa. Jersey: COSO, v. 2, set. 2007. Disponível em: <https://www.coso.org/documents/coso-erm-executive-summary-portuguese.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

TAVARES, Rosana. **Operações de crédito**: produtos e serviços bancários. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

TEIXEIRA, Aridélmo; TEIXEIRA, Arilton; NOSSA, Valcemiro. **Due process handbook for the IASB**. Espírito Santo: Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, 2008. Disponível em: <https://www.bbronline.com.br/index.php/bbr>. Acesso em: 03 jan. 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998. 90p.